



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo Publicado no DOM-ES  
Lei Municipal nº 2606/2015

Edição: 8070 Em: 20/07/17

**LEI Nº 2.679/2017**

Responsável

Vanessa Pizzio Coqueto  
Gerente Administrativa  
Secretaria de Administração e RH

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** O Orçamento do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2018, será elaborado e executado, observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 2º da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e no art. 118 da Lei Orgânica do Município de Santa Teresa - ES, compreendendo:

- I - Metas Fiscais;
- II - Prioridades da Administração Municipal;
- III - Estrutura dos Orçamentos;
- IV - Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - Disposições sobre Despesas com Pessoal e encargos sociais;
- VII - Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária e;
- VIII - Disposições Gerais.

## **CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2.º** Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei em, em conformidade com a Portaria nº 553 – 6ª Edição, de 22 de setembro de 2014 da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 3.º** A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta, constituídas pelos Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

## Estado do Espírito Santo

**Art. 4.º** Os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais referidos nos Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

### I - ANEXO DE METAS FISCAIS

- a) Demonstrativo I - Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III - Metas Fiscais e Atuais Comparadas com os Três Exercícios Anteriores, acompanhado de:
  - Metodologia e Memória de Cálculo – Receitas;
  - Metodologia e Memória de Cálculo – Despesas;
  - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais – Resultado Primário;
  - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais – Resultado Nominal;
  - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais – Montante da Dívida Pública;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo VII - Da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- g) Demonstrativo VIII – Da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

### II - ANEXO DE RISCOS FISCAIS

- a) Anexo de Riscos Fiscais

### SEÇÃO I DAS METAS ANUAIS

**Art. 5.º** Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

**§ 1.º** Os valores correntes dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelos órgãos governamentais.

**§ 2.º** Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100 (cem).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo

**SEÇÃO II**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

**Art. 6.º** Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 7.º** De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

**Parágrafo Único.** Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

**SEÇÃO III**  
**DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 8º.** Em obediência ao § 2º, inciso III, do artigo 4º da LRF, o demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação, nos últimos três exercícios.

**SEÇÃO IV**  
**DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**Art. 9.º** O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

### Estado do Espírito Santo

Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

#### SEÇÃO V

#### DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 10.** Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1.º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2.º Para renúncia de receita estabelecida no anexo próprio desta lei, será considerado como compensação da renúncia, o estabelecido no Art. 14, Inciso I da Lei Complementar 101/2000 – LRF.

#### SEÇÃO VI

#### DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

**Art. 11.** O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**Parágrafo Único.** O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

#### SEÇÃO VII

#### DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

**Art. 12.** O § 2º, Inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com metodologia e memória de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo

**SEÇÃO VIII**  
**DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO**  
**RESULTADO PRIMÁRIO**

**Art. 13.** A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único.** O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

**SEÇÃO IX**  
**DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO**  
**RESULTADO NOMINAL.**

**Art. 14.** O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo Único.** O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

**SEÇÃO X**  
**DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO**  
**MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**Art. 15.** Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada por operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único.** Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018, 2019 e 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 16.** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1.º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2.º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3.º Para os efeitos do cumprimento do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, integram esta Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

§ 4.º Terão prioridade sobre as ações de expansão:  
I - despesas com pessoal, e  
II - encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 5.º O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 6.º O Município aplicará no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

§ 7.º A elaboração da lei orçamentária anual obedecerá às regras estabelecidas no artigo 118 da Lei Orgânica do Município de Santa Teresa, que garante a participação popular em sua elaboração e fiscalização de sua execução.

§ 8.º Na programação de investimentos pela administração pública municipal, direta ou indireta, dar-se-á prioridade a investimentos em projetos que observem o princípio da sustentabilidade.

I – para efeitos do disposto no §8º deste artigo, entende-se por sustentabilidade o princípio segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades da presente geração não comprometa as necessidades das gerações futuras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo

**CAPÍTULO III  
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 17.** A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando os vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão constar os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**Art. 18.** A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

**CAPÍTULO IV  
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO  
MUNICÍPIO**

**Art. 19.** O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (art's. 1º, § 1º, 4º I, "a" e 48 LRF).

**Art. 20.** O Orçamento para o exercício de 2018 destinará recursos para a Reserva de Contingência até o limite de 1% (um por cento), da Receita Corrente Líquida prevista.

**§ 1.º** Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

**§ 2.º** O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta orçamentária até o dia **31 de Agosto**, observada o disposto nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 25/2000.

**§ 3.º** O desembolso de recurso financeiro consignado á Câmara Municipal, obedecida à programação financeira, será repassado, em forma de duodécimo, até o dia **20 de cada mês**, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela mesa diretora da Câmara Municipal.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

**Art. 21.** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Parágrafo Único.** Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público Estadual, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

**Art. 22.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas à fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo Único.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 23.** As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2018, poderão ser expandidas em até 10% (dez por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º, § 2º da LRF).

**Art. 24.** Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

**§ 1.º** Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação do exercício corrente e do Superávit Financeiro do exercício de 2017, com exceção dos saldos vinculados.

**§ 2.º** Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

### Estado do Espírito Santo

**Art. 25.** Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 26.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 27.** Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Parágrafo Único.** Os novos Programas, Projetos e Atividades criados através de Lei dentro do Exercício de 2018, serão incluídos automaticamente no PPA 2018/2021.

**Art. 28.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privada beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo Único.** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso ou na forma autorizada em Lei específica, e normas estabelecidas pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 29.** Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 30.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público municipal terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo

**Art. 31.** Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 32.** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

**Art. 33.** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei Federal nº 4320/64, ficando os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a:

I - Suplementar as dotações orçamentárias utilizando como fonte de recursos a totalidade do valor apurado a título de excesso de arrecadação do exercício de 2018;

II - Suplementar as dotações orçamentárias utilizando como fonte de recursos a totalidade do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017;

III - Suplementar as dotações orçamentárias em até 15% (quinze por cento) do valor total do orçamento da despesa, utilizando como fonte de recursos os valores provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de crédito adicionais.

IV - Incluir novas fontes de recursos em uma dotação orçamentária já existente no orçamento visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária.

V - A executar suplementação entre fontes de recursos diferentes de uma mesma dotação orçamentária.

VI - A suplementar as dotações orçamentárias inseridas na lei orçamentária anual do exercício de 2018 através de lei específica de créditos especiais.

§ 1º As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

§ 2º As suplementações efetuadas entre elementos de despesa pertencentes à mesma categoria econômica e à mesma unidade gestora não irão onerar o percentual informado no inciso III deste artigo.

**Art. 34.** Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

## Estado do Espírito Santo

especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 35.** A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 10% (dez por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

**Art. 36.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

**Art. 37.** Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 38.** O Poder Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.

**Art. 39.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 40.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

## Estado do Espírito Santo

- III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

**Art. 41.** Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

**Art. 42.** O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 43.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

### CAPÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 44.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município – artigo 201, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1.º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2.º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo

**Art. 45.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 46.** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 47.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 48.** O controle de Custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no artigo 50, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Parágrafo Único.** Em atenção ao disposto no artigo 4º, inciso I, alínea "e" da Lei Complementar Federal 101/2000, os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

**Art. 49.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 17 de julho de 2017.

  
GILSON ANTONIO DE SALES AMARO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Teresa

## PREFEITURA

**2679/2017**

Publicação Nº 92611

**LEI Nº 2.679/2017**

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** O Orçamento do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2018, será elaborado e executado, observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 2º da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e no art. 118 da Lei Orgânica do Município de Santa Teresa - ES, compreendendo:

I - Metas Fiscais;

II - Prioridades da Administração Municipal;

III - Estrutura dos Orçamentos;

IV - Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - Disposições sobre Despesas com Pessoal e encargos sociais;

VII - Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária e;

VIII - Disposições Gerais.

### CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS

**Art. 2.º** Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei em, em conformidade com a Portaria nº 553 - 6ª Edição, de 22 de setembro de 2014 da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 3.º** A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta, constituídas pelos Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4.º** Os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais referidos nos Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

#### I - ANEXO DE METAS FISCAIS

- a) Demonstrativo I - Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III - Metas Fiscais e Atuais Comparadas com os Três Exercícios Anteriores, acompanhado de:
  - Metodologia e Memória de Cálculo - Receitas;
  - Metodologia e Memória de Cálculo - Despesas;
  - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais - Resultado Primário;
  - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais - Resultado Nominal;
  - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais - Montante da Dívida Pública;
- d) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo VII - Da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- g) Demonstrativo VIII - Da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

#### II - ANEXO DE RISCOS FISCAIS

- a) Anexo de Riscos Fiscais

#### SEÇÃO I DAS METAS ANUAIS

**Art. 5.º** Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

§ 1.º Os valores correntes dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelos órgãos governamentais.

§ 2.º Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100 (cem).

## SEÇÃO II

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Art. 6.º** Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Art. 7.º** De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

**Parágrafo Único.** Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

## SEÇÃO III

### DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Art. 8.º** Em obediência ao § 2º, inciso III, do artigo 4º da LRF, o demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação, nos últimos três exercícios.

## SEÇÃO IV

### DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**Art. 9.º** O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

## SEÇÃO V

### DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 10.** Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1.º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2.º Para renúncia de receita estabelecida no anexo próprio desta lei, será considerado como compensação da renúncia, o estabelecido no Art. 14, Inciso I da Lei Complementar 101/2000 – LRF.

## SEÇÃO VI

### DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

**Art. 11.** O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**Parágrafo Único.** O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

## SEÇÃO VII

### DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

**Art. 12.** O § 2º, Inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com metodologia e memória de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

## SEÇÃO VIII

### DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

**Art. 13.** A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único.** O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

## SEÇÃO IX

### DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

**Art. 14.** O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo Único.** O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

## SEÇÃO X

### DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

**Art. 15.** Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada por operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único.** Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018, 2019 e 2020.

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 16.** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1.º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2.º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3.º Para os efeitos do cumprimento do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, integram esta Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

§ 4.º Terão prioridade sobre as ações de expansão:

I - despesas com pessoal, e

II - encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 5.º O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 6.º O Município aplicará no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

§ 7.º A elaboração da lei orçamentária anual obedecerá às regras estabelecidas no artigo 118 da Lei Orgânica do Município de Santa Teresa, que garante a participação popular em sua elaboração e fiscalização de sua execução.

§ 8.º Na programação de investimentos pela administração pública municipal, direta ou indireta, dar-se-á prioridade a investimentos em projetos que observem o princípio da sustentabilidade.

I – para efeitos do disposto no §8º deste artigo, entende-se por sustentabilidade o princípio segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades da presente geração não comprometa as necessidades das gerações futuras.

## CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 17.** A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando os vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão constar os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**Art. 18.** A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO



**Art. 19.** O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (art's. 1º, § 1º, 4º I, "a" e 48 LRF).

**Art. 20.** O Orçamento para o exercício de 2018 destinará recursos para a Reserva de Contingência até o limite de 1% (um por cento), da Receita Corrente Líquida prevista.

§ 1.º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 1999/42, art. 5º e Portaria STN nº 2001/163, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2.º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta orçamentária até o dia **31 de Agosto**, observada o disposto nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 25/2000.

§ 3.º O desembolso de recurso financeiro consignado à Câmara Municipal, obedecida à programação financeira, será repassado, em forma de duodécimo, até o dia **20 de cada mês**, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela mesa diretora da Câmara Municipal.

**Art. 21.** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Parágrafo Único.** Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público Estadual, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

**Art. 22.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas à fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços

de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo Único.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 23.** As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2018, poderão ser expandidas em até 10% (dez por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º, § 2º da LRF).

**Art. 24.** Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1.º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação do exercício corrente e do Superávit Financeiro do exercício de 2017, com exceção dos saldos vinculados.

§ 2.º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

**Art. 25.** Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 26.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 27.** Os Projetos e Atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Parágrafo Único.** Os novos Programas, Projetos e Atividades criados através de Lei dentro do Exercício de 2018, serão incluídos automaticamente no PPA 2018/2021.

**Art. 28.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privada beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em

lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo Único.** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso ou na forma autorizada em Lei específica, e normas estabelecidas pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 29.** Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 30.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público municipal terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 31.** Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 32.** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

**Art. 33.** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei Federal nº 4320/64, ficando os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a:

I - Suplementar as dotações orçamentárias utilizando como fonte de recursos a totalidade do valor apurado a título de excesso de arrecadação do exercício de 2018;

II - Suplementar as dotações orçamentárias utilizando como fonte de recursos a totalidade do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017;

III - Suplementar as dotações orçamentárias em até 15% (quinze por cento) do valor total do orçamento da despesa, utilizando como fonte de recursos os valores provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de crédito adicionais.

IV - Incluir novas fontes de recursos em uma dotação orçamentária já existente no orçamento visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária.

V - A executar suplementação entre fontes de recursos diferentes de uma mesma dotação orçamentária.

VI - A suplementar as dotações orçamentárias inseridas na lei orçamentária anual do exercício de 2018 através de lei específica de créditos especiais.

**§ 1º** As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

**§ 2º** As suplementações efetuadas entre elementos de despesa pertencentes à mesma categoria econômica e à mesma unidade gestora não irão onerar o percentual informado no inciso III deste artigo.

**Art. 34.** Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 35.** A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 10% (dez por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

**Art. 36.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

**Art. 37.** Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 38.** O Poder Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.

**Art. 39.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 40.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

**Art. 41.** Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 42.** O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 43.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 44.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município - artigo 201, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1.º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2.º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**Art. 45.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 46.** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 47.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 48.** O controle de Custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no artigo 50, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Parágrafo Único.** Em atenção ao disposto no artigo 4º, inciso I, alínea "e" da Lei Complementar Federal 101/2000, os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

**Art. 49.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 17 de julho de 2017.

**GILSON ANTONIO DE SALES AMARO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº 385-2017 - EXONERA COORDENADOR DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - GABRIELA TOLE PAULI**

Publicação Nº 92618

DECRETO Nº 385/2017

EXONERA COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Metas Anuais**  
**2018**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	66.284.200,00	63.460.220,20	0,049	112,705	70.970.492,94	65.021.065,45	0,051	112,705	75.945.524,49	66.563.837,01	0,052	112,705
Receitas Primárias (I)	65.694.200,00	62.865.356,63	0,048	111,701	70.339.492,94	64.442.961,92	0,051	111,702	75.270.524,49	65.992.043,21	0,052	111,703
Despesa Total	66.284.200,00	63.460.220,20	0,049	112,705	70.970.492,94	65.021.065,45	0,051	112,705	75.945.524,49	66.563.837,01	0,052	112,705
Despesas Primárias (II)	66.034.200,00	63.220.871,23	0,049	112,279	70.702.817,94	64.775.329,54	0,051	112,279	75.659.085,49	66.332.706,90	0,052	112,279
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(340.000,00)	(325.514,60)	-0,001	-0,578	(363.325,00)	(332.867,61)	0,000	-0,577	(388.561,00)	(340.863,89)	0,000	-0,576
Resultado Nominal	(100.565,34)	(96.280,84)	0,000	-0,171	(104.135,41)	(95.405,78)	0,000	-0,165	(107.311,54)	(94.083,41)	0,000	-0,159
Dívida Pública Consolidada	1.180.000,00	1.129.727,14	0,001	2,006	1.178.000,00	1.079.249,74	0,001	1,871	1.176.000,00	1.031.036,30	0,001	1,745
Dívida Consolidada Líquida	(2.358.033,39)	(2.257.571,46)	-0,002	-4,009	(2.468.168,80)	(2.281.263,22)	-0,002	-3,920	(2.569.480,34)	(2.252.744,47)	-0,002	-3,813
Receitas Primárias Adivindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Adivindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)*	2,46	2,57	2,51
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)*	3,45	3,55	3,05
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)**	3,39	3,45	3,41
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação*	4,45	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00**	135.705.500.000,00	138.419.610.000,00	145.388.388.250,00
Receita Corrente Líquida - RCL ***	56.812.369,14	62.970.403,64	67.384.628,94


Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:


	2018	2019	2020
Valor Corrente / 1,0445			
Valor Corrente / 1,0915			
Valor Corrente / 1,1406			

\* Índices obtidos junto ao Banco Central do Brasil/Expectativas de Mercado- Projeções do dia 05/04/2017

\*\* Dados obtidos junto à SEFAZ-ES

\*\*\* Projeções da Receita Corrente Líquida do município

  
 Gilson Antonio de Sales Amaro  
 Prefeito Municipal

  
 Clezia Andreatta Schwaifz  
 Contadora CRC/ES 8679-0

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 28/04/2017, às 08:15:08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)


R\$ 1.00


ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	69.972.623,37	0,047	117,338	61.701.347,64	0,046	103,467	(8.271.275,73)	-11,821
Receitas Primárias (I)	69.952.623,37	0,047	117,304	61.110.940,37	0,046	102,477	(8.841.683,00)	-12,640
Despesa Total	69.972.623,37	0,047	117,338	63.813.232,52	0,048	107,009	(6.159.390,85)	-8,803
Despesas Primárias (II)	69.635.923,37	0,047	116,773	63.674.690,70	0,048	106,776	(5.961.232,67)	-8,560
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	316.700,00	0,000	0,531	(2.563.750,33)	-0,002	-4,299	(2.880.450,33)	-909,520
Resultado Nominal	22.423.666,80	0,015	37,602	(5.961.878,70)	-0,004	-9,998	(28.385.545,50)	-126,587
Dívida Pública Consolidada	2.058.802,96	0,001	3,452	1.885.900,11	0,001	3,162	(172.902,85)	-8,398
Dívida Consolidada Líquida	(2.160.256,51)	-0,001	-3,623	(30.545.802,01)	-0,023	-51,222	(28.385.545,50)	1.313,989
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2016

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2016	147.840.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2016	133.700.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 27/04/2017, às 11:57:02

  
Gilson Antonio de Sales Amaro  
Prefeito Municipal

  
Gilezia Andreatta Schwartz  
Contadora CRC/ES 8679-0

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2018**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	
Receita Total	66.959.448,20	69.972.623,37	4,50	67.209.796,75	8,93	66.284.200,00	-1,38	70.970.492,94	7,07	75.945.524,49	7,01
Receitas Primárias (I)	64.001.644,98	69.952.623,37	9,30	67.189.796,75	9,95	65.694.200,00	-2,23	70.339.492,94	7,07	75.270.524,49	7,01
Despesa Total	66.959.448,20	69.972.623,37	4,50	67.209.796,75	5,32	66.284.200,00	-1,38	70.970.492,94	7,07	75.945.524,49	7,01
Despesas Primárias (II)	69.163.392,79	69.635.923,37	0,68	66.857.945,25	5,00	66.034.200,00	-1,23	70.702.817,94	7,07	75.659.085,49	7,01
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(5.161.747,81)	316.700,00	-106,14	331.851,50	4,78	(340.000,00)	-202,46	(363.325,00)	6,06	(389.561,00)	6,95
Resultado Nominal	(8.482.005,94)	22.423.666,80	-364,37	(97.211,54)	-98,37	(100.565,34)	3,45	(104.135,41)	3,55	(107.311,54)	3,05
Dívida Pública Consolidada	1.970.146,37	2.058.802,96	4,50	2.151.449,10	14,08	1.180.000,00	-45,15	1.178.000,00	-0,17	1.176.000,00	-0,17
Dívida Consolidada Líquida	(24.593.923,31)	(2.160.256,51)	-91,21	(2.257.468,05)	-92,61	(2.358.033,39)	4,45	(2.468.168,80)	4,67	(2.569.490,34)	4,10
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>											
Receita Total	73.121.391,42	73.121.391,42	-11,82	67.209.796,75	4,24	63.460.220,20	-5,58	65.021.065,45	2,46	66.593.837,01	2,40
Receitas Primárias (I)	69.891.396,36	73.100.491,42	-8,63	67.189.796,75	5,21	62.895.356,63	-6,39	64.442.961,52	2,46	65.992.043,21	2,40
Despesa Total	73.121.391,42	73.121.391,42	-8,80	67.209.796,75	0,79	63.460.220,20	-5,58	65.021.065,45	2,46	66.583.837,01	2,40
Despesas Primárias (II)	75.528.154,01	72.769.539,92	-11,90	66.857.945,25	0,48	63.220.871,23	-5,44	64.775.829,54	2,46	66.332.705,90	2,40
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(5.636.757,65)	330.951,50	-105,87	331.851,50	0,27	(325.514,60)	-198,09	(332.867,61)	2,26	(340.663,69)	2,34
Resultado Nominal	(9.262.562,54)	23.432.731,81	-32,74	(97.211,54)	-98,44	(96.280,84)	-0,96	(95.405,78)	-0,91	(94.063,41)	-1,39
Dívida Pública Consolidada	2.151.449,09	2.151.449,09	-8,40	2.151.449,10	9,17	1.129.727,14	-47,49	1.079.248,74	-4,47	1.031.036,30	-4,47
Dívida Consolidada Líquida	(26.946.258,85)	(2.257.468,05)	18,90	(2.257.468,05)	-92,93	(2.257.571,46)	0,00	(2.261.263,22)	0,16	(2.252.744,47)	-0,38
<b>VALORES A PREÇOS CONSTANTES</b>											

ESPECIFICAÇÃO	ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
	2015	2016	2017*	2018*
2015	10,67	4,50	4,50	4,45
2019*			4,50	4,50
2020*				4,50

\*Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladora Interna, Emissão: 28/04/2017, às 11:29:02

 Gilson Antônio de Sales Amaro Prefeito Municipal	 Clezia Andreatta Schwartz Contadora CRC/ES 8679-O
--	---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IRENEA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
**2018**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
RECEITAS CORRENTES	68.123.555,66	65.926.743,20	-3,22	72.256.489,22	9,60	71.261.390,65	-1,38	76.298.570,98	7,07	81.648.170,89	7,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.753.602,67	4.666.309,61	-1,84	4.965.000,00	4,26	4.798.000,42	-1,38	5.137.219,04	7,07	5.497.338,09	7,01
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	631.301,32	781.372,07	23,77	750.000,00	-4,01	739.671,18	-1,38	791.965,93	7,07	847.482,63	7,01
RECEITA PATRIMONIAL	805.776,03	590.407,27	-26,73	702.500,00	19,99	692.825,34	-1,38	741.806,07	7,07	793.808,83	7,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.413.697,06	59.265.742,73	-3,50	65.264.971,35	10,12	64.366.159,25	-1,38	68.916.845,69	7,07	73.747.916,66	7,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	519.178,59	622.911,52	19,98	674.017,87	8,20	664.735,46	-1,38	711.732,25	7,07	761.624,68	7,01
RECEITAS DE CAPITAL	2.188.846,86	2.067.718,86	-5,54	1.822.800,00	-11,84	1.797.696,86	-1,38	1.924.784,01	7,07	2.059.722,08	7,01
ALIENAÇÃO DE BENS	313.950,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.874.896,86	2.067.718,86	10,26	1.802.800,00	-12,81	1.797.696,86	-0,28	1.924.784,01	7,07	2.059.722,08	7,01
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	(5.996.907,54)	(6.293.114,42)	4,94	(6.869.492,47)	9,16	(6.774.687,51)	-1,38	(7.253.872,05)	7,07	(7.762.368,48)	7,01
DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA	(5.996.907,54)	(6.293.114,42)	4,94	(6.869.492,47)	9,16	(6.774.687,51)	-1,38	(7.253.872,05)	7,07	(7.762.368,48)	7,01
TOTAL DA RECEITA	64.315.594,98	61.701.347,64	-4,06	67.209.795,75	8,93	66.284.200,00	-1,38	70.970.492,94	7,07	75.945.524,49	7,01

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 28/04/2017, às 09:58:32

  
 Gilvan Antônio de Sales Amaro  
 Prefeito Municipal

  
 Clécia Andreia Schwartz  
 Comissária CRC/IES 8679-D

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
**2018**

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
DESPESAS CORRENTES	64.261.008,65	58.230.367,03	-9,38	63.652.792,05	9,31	62.743.151,72	-1,43	67.179.092,57	7,07	71.888.346,96	7,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.777.265,10	32.364.832,63	-1,26	31.125.650,05	-3,83	30.663.965,47	-1,48	32.631.907,28	7,07	35.133.424,60	7,01
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	15.069,60	30.139,20	100,00	31.131,75	3,29	30.703,01	-1,38	32.873,71	7,07	35.178,16	7,01
APLICAÇÕES DIRETAS	15.069,60	30.139,20	100,00	31.131,75	3,29	30.703,01	-1,38	32.873,71	7,07	35.178,16	7,01
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E PENSÕES DO RPPS	32.762.195,50	32.334.693,43	-1,30	31.084.518,30	-3,84	30.633.262,46	-1,48	32.799.033,57	7,07	35.068.246,44	7,01
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	605.536,19	782.554,36	29,23	780.000,00	-0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	451.978,87	196.224,48	-56,59	200.000,00	1,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.429.865,33	8.642.344,55	2,52	7.412.760,00	-14,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	17.513.928,42	17.073.264,98	-2,52	16.927.500,00	-0,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	5.740.886,69	5.640.305,06	-1,75	5.769.258,30	2,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	31.483.743,55	25.865.534,40	-17,84	32.527.142,00	25,75	32.079.186,25	-1,38	34.347.185,29	7,07	36.754.922,36	7,01
CONTRIBUIÇÕES	1.202.458,00	8.598.736,88	615,10	11.416.000,00	32,76	11.258.781,66	-1,36	12.054.776,58	7,07	12.899.817,40	7,01
SUBVENÇÕES SOCIAIS	735.727,78	321.338,01	-56,32	628.000,00	95,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	466.730,22	8.277.398,87	1.673,49	10.788.000,00	30,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	869.160,92	178.336,36	-79,94	869.091,23	985,65	854.163,63	-1,38	914.552,92	7,07	978.663,16	7,01
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	869.160,92	178.336,36	-79,94	869.091,23	985,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	29.992.125,03	17.088.461,16	-41,86	20.245.050,77	18,47	19.966.240,96	-1,38	21.377.855,79	7,07	22.876.441,80	7,01
MATERIAL DE CONSUMO	53.966,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL BEI OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	238.769,20	208.313,80	-12,76	265.300,00	36,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.946.917,89	3.592.345,26	-9,98	5.384.299,29	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	360.849,58	401.046,28	11,14	595.774,00	48,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	67.364,45	53.147,58	-21,10	182.000,00	242,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	322.358,90	295.005,61	-8,48	599.000,00	103,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	21.232.404,19	10.232.509,96	-51,81	11.616.470,61	13,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	706.460,12	664.720,79	-5,91	700.000,00	5,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	702.712,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.143,91	215.629,85	1.675,62	50.500,00	-76,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	2.450.672,30	1.425.742,03	-41,83	118.000,00	-91,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.228.601,58	5.582.865,49	6,78	3.057.004,70	-45,24	3.047.934,16	-0,30	3.263.423,08	7,07	3.492.189,03	7,01
	4.902.384,14	5.444.323,67	11,05	2.837.004,70	-47,69	2.797.934,16	-1,38	2.995.746,06	7,07	3.205.750,03	7,01



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IREUSA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
**2018**


LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	70.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	9.602,28	-1,38	10.559,54	7,07	11.299,76	7,01
AUXÍLIOS	70.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.139,47	8.970,00	185,72	5.004,70	-44,21	4.935,76	-1,38	5.284,74	7,07	5.655,20	7,01	
APLICAÇÕES DIRETAS	3.139,47	8.970,00	185,72	5.004,70	-44,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.829.244,67	5.435.353,67	12,55	2.822.000,00	-48,08	2.763.136,10	-1,38	2.979.903,90	7,07	3.188.755,07	7,01	
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	2.944.399,49	3.694.173,33	25,46	1.813.000,00	-50,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ACQUIÇÃO DE IMÓVEIS	1.222.345,18	1.661.190,34	35,90	818.000,00	-50,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	662.500,00	90.000,00	-87,92	191.000,00	138,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
APLICAÇÕES DIRETAS	326.217,44	136.541,82	-57,53	220.000,00	56,80	250.000,00	13,64	267.675,00	7,07	266.439,00	7,01	
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	326.217,44	136.541,82	-57,53	220.000,00	56,80	250.000,00	13,64	267.675,00	7,07	266.439,00	7,01	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	493.114,12	-1,38	527.977,29	7,07	564.988,50	7,01	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	493.114,12	-1,38	527.977,29	7,07	564.988,50	7,01	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	493.114,12	-1,38	527.977,29	7,07	564.988,50	7,01	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DA DESPESA	69.489.610,23	63.813.232,52	-8,17	67.209.796,75	-5,32	66.284.200,00	-1,38	70.970.492,94	7,07	75.545.524,49	7,01	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 28/04/2017, às 09:59:46

  
 Gilson Antônio de Sáez Amaro  
 Prefeito Municipal

  
 Cleiza Andreatta Schwabitz  
 Controladora CRC/ES 8679-O

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO XIII - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO - RESULTADO PRIMÁRIO**

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
<b>Despesas</b>											
DESPESAS CORRENTES	64.261.008,65	58.230.387,03	-9,38	63.652.792,05	9,31	62.743.151,72	-1,43	67.179.092,57	7,07	71.888.346,95	7,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.777.265,10	30.364.832,63	-1,26	31.125.650,05	-3,83	30.663.995,07	-1,48	32.831.607,28	7,07	35.133.424,00	7,01
TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS MEDIANTE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICO	15.069,60	30.139,20	100,00	31.131,75	3,29	30.703,01	-1,38	32.873,71	7,07	35.178,16	7,01
APLICAÇÕES DIRETAS	32.762.195,50	32.334.693,43	-1,30	31.994.516,30	-3,84	30.633.262,46	-1,43	32.799.033,57	7,07	35.898.246,44	7,01
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E PENSÕES DO RPPS	495.536,19	782.554,36	29,23	780.000,00	-0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	451.978,87	196.224,48	-56,58	200.000,00	1,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIAMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.429.865,33	8.642.344,55	-2,52	7.412.780,00	-14,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17.513.928,42	17.073.264,68	-2,52	16.927.500,00	-0,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.740.866,69	5.840.305,06	1,75	5.769.259,30	2,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.493.743,55	25.685.534,40	-17,84	32.527.142,00	25,75	32.079.186,25	-1,38	34.347.185,29	7,07	35.754.922,36	7,01
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.202.458,00	8.598.736,89	615,10	11.416.000,00	32,76	11.259.781,66	-1,38	12.054.776,58	7,07	12.899.817,40	7,01
CONTRIBUIÇÕES	735.727,78	321.338,01	-56,32	638.000,00	55,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBVENÇÕES SOCIAIS	466.730,22	8.277.399,87	1.673,49	10.798.000,00	30,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS MEDIANTE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICO	889.160,52	178.335,36	-79,94	866.091,23	385,05	654.163,63	-1,38	914.552,92	7,07	978.663,16	7,01
APLICAÇÕES DIRETAS	29.392.125,03	17.088.461,16	-41,86	20.245.050,77	18,47	19.868.240,96	-1,38	21.377.855,79	7,07	22.875.441,80	7,01
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOA DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	53.666,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	238.769,20	208.313,80	-12,76	285.300,00	36,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	3.946.917,89	3.592.345,26	-9,98	5.384.293,29	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	360.849,58	401.046,28	11,14	595.774,00	48,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	67.364,45	53.147,98	-21,10	182.000,00	242,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	322.356,90	295.005,61	-8,48	599.000,00	103,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	21.232.404,19	10.232.509,96	-51,81	11.618.470,61	13,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	706.460,12	664.720,79	-5,91	700.000,00	5,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	702.712,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.143,91	215.629,85	1.675,82	50.500,00	-76,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.456.872,30	1.425.742,03	-41,83	118.000,00	-91,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.228.601,58	5.582.865,49	6,78	3.057.004,70	-42,24	3.047.934,16	-0,30	3.263.423,08	7,07	3.482.189,03	7,01
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>											
INVESTIMENTOS	4.502.384,14	5.444.323,67	11,05	2.837.004,70	-47,89	2.797.934,16	-1,38	2.895.748,08	7,07	3.205.750,03	7,01
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	70.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	9.862,28	-1,38	10.559,54	7,07	11.299,76	7,01
AUXÍLIOS	3.199,47	8.970,00	185,72	5.004,70	-44,21	4.935,78	-1,38	5.284,74	7,07	5.655,20	7,01
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.139,47	8.970,00	185,72	5.004,70	-44,21	4.935,78	-1,38	5.284,74	7,07	5.655,20	7,01
APLICAÇÕES DIRETAS	4.825.244,67	5.435.353,67	12,55	2.822.000,00	-48,08	2.783.136,10	-1,39	2.875.503,60	7,07	3.188.795,07	7,01
OBRAS E INSTALAÇÕES	2.944.399,49	3.694.173,33	25,46	1.813.000,00	-50,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	1.222.345,18	1.661.180,34	35,90	818.000,00	-50,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE IMÓVEIS	665.500,00	80.000,00	-11,88	191.000,00	138,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	326.217,44	138.541,82	-42,47	220.000,00	58,80	250.000,00	13,64	251.615,00	7,07	266.439,00	7,01
APLICAÇÕES DIRETAS	326.217,44	138.541,82	-42,47	220.000,00	58,80	250.000,00	13,64	251.615,00	7,07	266.439,00	7,01

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA</b>	328.237,44	-57,53	138.541,82	0,00	220.000,00	58,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	493.114,32	-1,38	527.977,29	7,07	564.989,50	7,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	493.114,32	-1,38	527.977,29	7,07	564.989,50	7,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	493.114,32	-1,38	527.977,29	7,07	564.989,50	7,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recitas</b>												
RECEITAS CORRENTES	68.123.595,66	-3,22	65.026.743,28	0,00	72.256.489,22	9,60	71.261.380,65	-1,38	76.299.570,98	7,07	81.648.170,89	7,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.753.602,67	-1,84	4.666.309,61	0,00	4.865.000,00	4,26	4.798.000,42	-1,38	5.137.219,04	7,07	5.497.336,09	7,01
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	631.301,32	23,77	781.372,07	0,00	750.000,00	-4,01	739.871,18	-1,38	791.985,93	7,07	867.462,63	7,01
RECEITA PATRIMONIAL	865.776,03	-85,73	590.407,27	0,00	702.590,00	18,99	692.825,34	-1,38	741.808,07	7,07	793.808,83	7,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.413.697,06	-3,50	59.265.742,73	0,00	65.264.971,35	10,12	64.366.158,25	-1,38	68.916.846,69	7,07	73.747.916,66	7,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	519.178,68	19,88	622.911,52	0,00	674.017,87	8,20	664.735,46	-1,38	711.732,26	7,07	761.824,68	7,01
RECEITAS DE CAPITAL	2.188.946,06	-5,54	2.067.718,86	0,00	1.822.800,00	-11,84	1.797.696,86	-1,38	1.924.794,01	7,07	2.059.722,08	7,01
ALIENAÇÃO DE BENS	313.950,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.874.996,86	10,28	2.067.718,86	0,00	1.802.800,00	-12,81	1.797.696,86	-0,28	1.924.794,01	7,07	2.059.722,08	7,01
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	-5.996.907,54	4,94	-6.293.114,42	0,00	-6.869.492,47	9,16	-6.774.887,51	-1,38	-7.255.872,05	7,07	-7.762.368,48	7,01
DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA	-5.996.907,54	4,94	-6.293.114,42	0,00	-6.869.492,47	9,16	-6.774.887,51	-1,38	-7.255.872,05	7,07	-7.762.368,48	7,01
<b>RESUMO</b>												
TOTAL DA DESPESA	69.489.510,23	-4,17	63.813.232,52	0,00	67.209.796,75	5,32	66.284.200,00	-1,38	70.570.492,94	7,07	75.945.524,49	7,01
DESPESAS CORRENTES (X)	64.261.608,65	-9,38	58.230.367,03	0,00	63.652.793,05	9,31	62.743.151,72	-1,43	67.179.092,57	7,07	71.866.346,96	7,01
DESPESAS JUIROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	64.261.608,65	-9,38	58.230.367,03	0,00	63.652.793,05	9,31	62.743.151,72	-1,43	67.179.092,57	7,07	71.866.346,96	7,01
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	5.228.601,53	6,78	5.582.865,49	0,00	3.057.004,70	-45,24	3.047.934,16	-0,30	3.263.423,08	7,07	3.492.180,03	7,01
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	326.217,44	-57,53	138.541,82	0,00	230.000,00	58,80	250.000,00	-1,38	267.575,00	7,07	286.439,00	7,01
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	4.902.384,14	11,05	5.444.323,67	0,00	2.827.004,70	-47,39	2.797.934,16	-1,38	2.995.748,08	7,07	3.205.750,03	7,01
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVII)	65.163.392,79	-7,94	63.674.699,70	0,00	66.989.796,75	5,21	66.034.280,00	-1,43	70.703.817,94	7,07	75.659.005,49	7,01
TOTAL DA RECEITA	64.316.648,12	-4,06	61.701.347,64	0,00	67.209.796,75	8,53	66.284.200,00	-1,38	70.570.492,94	7,07	75.945.524,49	7,01
RECEITAS CORRENTES (I)	62.126.648,12	-4,01	59.633.628,78	0,00	65.386.996,75	9,65	64.486.503,14	-1,38	69.045.696,93	7,07	73.885.802,41	7,01
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	62.126.648,12	-4,01	59.633.628,78	0,00	65.386.996,75	9,65	64.486.503,14	-1,38	69.045.696,93	7,07	73.885.802,41	7,01
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.188.946,06	-5,54	2.067.718,86	0,00	1.822.800,00	-11,84	1.797.696,86	-1,38	1.924.794,01	7,07	2.059.722,08	7,01
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	313.950,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.874.996,86	10,28	2.067.718,86	0,00	1.802.800,00	-12,81	1.797.696,86	-0,28	1.924.794,01	7,07	2.059.722,08	7,01
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	64.001.644,98	-3,59	61.701.347,64	0,00	67.189.796,75	8,90	66.654.200,00	-2,23	70.335.492,94	7,07	75.270.524,49	7,01
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-5.161.747,61	-61,77	-1.973.343,08	0,00	200.000,00	-110,14	340.000,00	70,00	363.325,00	6,96	388.561,00	6,95

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Controladoria Interna. Emissão: 28/04/2017, às 14:18:30

  
 Gilson Antônio de Sales Amaro  
 Prefeito Municipal

  
 Cleza Andreia Schwantz  
 Controlador CRCIES 8879-D

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANIA IREKA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**IV - RESULTADO NOMINAL**  
**Art. 4º, §2º, inciso II da LRF**

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2015 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	1.970.146,37	1.885.900,11	2.151.449,10	1.160.000,00	1.178.000,00	1.176.000,00
DEDUÇÕES ( II )	26.554.069,68	32.431.702,12	4.408.917,15	3.538.033,39	3.640.168,80	3.745.480,34
Ativo Disponível	6.863.723,62	4.411.209,49	7.485.358,02	7.392.133,79	7.437.351,32	7.432.959,29
Haveres Financeiros	24.320.648,17	32.434.330,37	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar	-4.630.302,31	4.413.837,74	3.086.440,87	3.854.100,40	3.797.182,52	3.687.478,95
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) - ( I - II )	-24.583.923,31	-30.545.802,01	-2.257.468,05	-2.358.033,39	-2.462.168,80	-2.569.480,34
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-24.583.923,31	-30.545.802,01	-2.257.468,05	-2.358.033,39	-2.462.168,80	-2.569.480,34
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(b - a*)</b>	<b>(c - b)</b>	<b>(d - c)</b>	<b>(e - d)</b>	<b>(f - e)</b>	<b>(g - f)</b>
	-24.583.923,31	-5.961.876,70	26.288.333,96	-100.565,34	-104.135,41	-107.311,54

**Notas:**

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
- \* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2014(R\$ 0,00)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 27/04/2017, às 17:51:09

  
Gábara Annonde Sales Amaro  
Prefeito Municipal

  
Cibele Andriana Schwartz  
Comissão CRECES 8679-0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	1.970.146,37	1.885.900,11	2.151.449,10	1.180.000,00	1.178.000,00	1.176.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.970.146,37	1.885.900,11	2.151.449,10	1.180.000,00	1.178.000,00	1.176.000,00
DEDUÇÕES ( II )	26.554.069,68	32.431.702,12	4.408.917,15	3.538.033,39	3.640.168,80	3.745.480,34
Ativo Disponível	6.863.723,82	4.411.209,49	7.495.358,02	7.392.133,79	7.437.351,32	7.432.959,29
Haveres Financeiros	24.320.648,17	32.434.330,37	0,00*	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar	4.630.302,31	4.413.837,74	3.086.440,87	3.854.100,40	3.797.182,52	3.687.478,95
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>-24.583.923,31</b>	<b>-30.545.802,01</b>	<b>-2.257.468,05</b>	<b>-2.358.033,39</b>	<b>-2.462.168,80</b>	<b>-2.569.480,34</b>

\* A diferença do valor entre o ano de 2016 e 2017 é proveniente do ajuste contábil realizado nos saldos contábeis do Grupo "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" considerando que os valores ali apresentados já foram realizados em anos anteriores.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 28/04/2017, às 07:26:02

 Gilson Antonio de Sales Amaro Prefeito Municipal	 Cilezia Andreatta Schwartz Contadora CRC/ES 8679-O
--	---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

Evolução do Patrimônio Líquido

2018

AMF - Tabela IV (Inf, art. 4º, §2º, inciso II)


R\$ 1,00

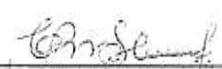
PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	203.104.812,23	100,000	193.488.002,82	100,000	183.294.060,00	100,000
<b>Total</b>	<b>203.104.812,23</b>	<b>100%</b>	<b>193.488.002,82</b>	<b>100%</b>	<b>183.294.060,00</b>	<b>100%</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>100%</b>	<b>0,00</b>	<b>100%</b>	<b>0,00</b>	<b>100%</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 27/04/2017 , às 12:22:03

  
 \_\_\_\_\_  
 Gilson Antonio de Sales Amaro  
 Prefeito Municipal

  
 \_\_\_\_\_  
 Cíleia Andreatta Schwartz  
 Contadora CRC/ES 8679-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS


2018


AMF - Demonstrativo 5 (Lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	0,00	313.950,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	313.950,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	313.950,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	313.950,00	0,00	0,00
Investimentos	313.950,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS</b>	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2016 (g) = ((Ia - IIb) + IIIh)	2015 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2014 (f) = ((Ic - IIf))
<b>VALOR (III)</b>	0,00	313.950,00	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 27/04/2017 , às 13:25:28

  
\_\_\_\_\_  
Gilson Antônio de Sales Amaro  
Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
Clezia Andreatta Schwarz  
Contadora CRC/ES 8679-D


**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANIA ILEXOSA - EA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**  
**Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita**  
**2018**

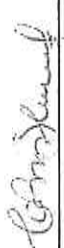
AMF - Tabela VII (Inf. art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2018	2019	2020	
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	Concessão de isenção em caráter não geral	Inovais com requisitos contidos na Lei nº 001/2010	30.000,00	33.000,00	35.000,00	Fiscalização e cobranças administrativas e judiciais.
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	Anistia	Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Municipal	1.500.000,00	1.606.000,00	1.700.000,00	Recuperação de ações administrativas, judiciais e fiscais.
<b>Total</b>			<b>1.530.000,00</b>	<b>1.639.000,00</b>	<b>1.735.000,00</b>	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladora Interna, Emissão: 27/04/2017, às 14:26:34

  
 Gilson Antônio de Sales Amaro  
 Prefeito Municipal

  
 Cleiza Andreatin Schwanz  
 Contadora CRC/ES 8679-O



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2018


AMF - Tabela VIII (Inf, art. 4º, §2º, inciso V)


R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita	1.630.591,32
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	326.118,26
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	1.304.473,06
Redução Permanente de Despesa (II)	130.447,30
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	1.434.920,36
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuada)	0,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	1.434.920,36

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 28/04/2017 , às 15:10:12

Considerando a dificuldade enfrentada pelo Município e a situação de crise instalada no país não há previsão de criação de novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuada.

  
\_\_\_\_\_  
Gilson Antonio de Sales Amara  
Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
Cíleia Andreatta Schwartz  
Contadora CRC/ES 8679-O

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões

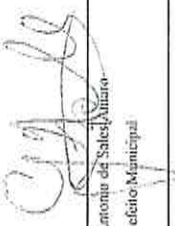
2018


ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVISÕES	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	43.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência	43.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>43.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>43.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVISÕES</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1.000.000,00	Limitação de Empenho	1.000.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.043.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.043.000,00</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Interna, Emissão: 27/04/2017, às 15:46:12


  
 Gilson Antonio da Sales Mattar  
 Prefeito Municipal


  
 Clotilde Andreza Schwartz  
 Controladora CRC/ES 8679-0